

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16186 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 06 - Formação de Professores

ÊNFASES DISCURSIVAS NA TRAMA DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

Iloni Frey Manfroi - UFFS - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Patrícia Graff - UFFS - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Agência e/ou Instituição Financiadora: Não

ÊNFASES DISCURSIVAS NA TRAMA DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

RESUMO

O trabalho tem como objetivo analisar as ênfases discursivas sobre as políticas de formação continuada de professores alfabetizadores, no decorrer das duas últimas décadas. Parte de uma abordagem qualitativa no trabalho com os documentos, cuja análise usou o discurso como conceito-ferramenta, amparado no campo dos Estudos Foucaultianos. Os resultados apontam que os propósitos desses programas residem em melhorar o desempenho da aprendizagem dos alunos, aferido nas avaliações em larga escala. Nesta direção, problematizamos as ênfases discursivas nos textos dos programas de formação continuada de alfabetizadores, assentadas, prioritariamente, na concepção de qualidade educacional baseada na meritocracia dos resultados. As conclusões apontam para uma trajetória de culpabilização dos professores pelos baixos índices de alfabetização.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Educacionais. Alfabetização. Formação Continuada.

As políticas de formação continuada de professores, principalmente de alfabetizadores, no nosso país, têm uma trajetória histórica importante, que contribui para a melhoria da qualidade dos processos de ensino e de aprendizagem. No entanto, entendemos que nessa superfície analítica existem discursos referentes aos acontecimentos, influências e disputas, que nem sempre estão claros e que precisam aparecer e serem interpretados. Nessa direção, este trabalho buscou descrever e analisar as formações discursivas que compõem as políticas de formação continuada de professores ao longo da história, PROFA (2001), Pró-Letramento (2006), PNAIC (2012), Tempo de Aprender (2019) e Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (2023), colocando-as em suspenso para olhá-las além do horizonte sereno e tranquilo, que enxerga somente uma verdade.

Tomando a formação continuada de professores alfabetizadores como objeto, esta pesquisa se propõe a analisar discursivamente o texto das políticas e dos programas de formação desses professores no Brasil, no marco histórico de duas décadas. Para o exercício investigativo proposto, nos apoiamos no campo dos Estudos Foucaultianos, de onde elegemos o discurso como conceito central para operar as análises.

As políticas de formação continuada de professores estão postas, os decretos e as portarias que as implementam estão em análise, com suas regras e normas. Mas, a qual exercício precisamos recorrer para expor as condições de existência dos enunciados e suas relações dentro dos discursos de formação continuada de professores alfabetizadores? Amparadas pela lente teórica foucaultiana, procuramos situar os quatro elementos que compõem os enunciados (Foucault, 2008), dos programas de formação continuada de professores alfabetizadores. O primeiro é a referência: A quem as políticas desses programas de formação continuada se referem? O que identificamos?

Os excertos a seguir, recortados das políticas, demonstram que os programas têm como referência o professor alfabetizador, mas, nos termos expostos, os alfabetizadores servem como ferramentas para alcançar melhores resultados nas avaliações externas. O programa Compromisso Nacional Criança Alfabetizada apresenta, no décimo segundo artigo, o quarto eixo, com a premissa de instituir “IV - Sistemas de avaliação” (Brasil, 2023, s/p). O texto da política dá ênfase aos sistemas de avaliação, que se configuram em ações periódicas de avaliações da leitura, Português e Matemática a serem desenvolvidas no âmbito do programa pelos Municípios e Estados com o apoio da União. Nesta esteira, entre os quatro eixos do programa Tempo de Aprender o terceiro eixo versa sobre o Aprimoramento das Avaliações da Alfabetização com: o “aperfeiçoamento das avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb voltadas à alfabetização” (Brasil, 2020, s/p). Com a mesma racionalidade, o PNAIC, entre os objetivos do quinto artigo, preconiza: “III – melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)” (Brasil, 2012, s/p). Nesse sentido, os documentos de apresentação do programa do Pró-Letramento não enunciam explicitamente a preocupação com os índices de desempenho dos alunos nas avaliações externas. Contudo, conforme consta na apresentação do programa, no Portal do Ministério da Educação, o Pró-Letramento foi “um programa de formação continuada de professores para a melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nos anos/séries iniciais do ensino fundamental”. E, se consideramos o fato de o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) ter sido criado em 2007, pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), para medir a qualidade da aprendizagem nacional, podemos afirmar que um dos objetivos principais do programa era a melhoria dos índices de desempenho nas avaliações externas. A apresentação do PROFA, também não mencionou a preocupação com os índices de desempenho dos alunos nas avaliações externas, porém, enfatiza que o “fato é que há muito tempo os índices de fracasso escolar na alfabetização são inaceitáveis” (Brasil, 2001, p. 09). Ainda, destaca que os professores precisam se responsabilizar pelos resultados obtidos em relação às aprendizagens dos alunos. Em relação

à referência, os cinco programas de formação continuada analisados apontam para a necessidade de formação do professor alfabetizador, principalmente por conta do fracasso na alfabetização, com os baixos índices na apropriação da leitura e escrita dos alunos, constatados nas avaliações externas.

Em seguida, direcionamos o foco para o sujeito que se relaciona com os programas de formação continuada de professores alfabetizadores. Quem ocupa o lugar de sujeito desses enunciados? Que posição os sujeitos dos programas de formação continuada ocupam? Partindo do pressuposto que “o sujeito da linguagem não é um sujeito em si, idealizado, essencial, origem inarredável do sentido: ele é ao mesmo tempo falante e falado, porque através dele outros ditos se dizem” (Fischer, 2001, p. 207), percebemos que temos mais de um sujeito envolvido nos enunciados dos programas de formação continuada. Temos o sujeito falante, que institui a política de formação continuada. Nesse contexto, podemos citar a atuação das redes sociais, dos partidos políticos que representam o governo e do legislativo. Também podemos citar grupos formais, como comissões e grupos representativos, que compõem arenas de articulação e de influência sobre as políticas educacionais. No Brasil, o Movimento Todos pela Educação desempenha uma grande influência nas políticas educacionais, propostas pelo Governo Federal.

Em relação ao sujeito que é falado nas políticas de formação continuada, temos os professores, a quem se atribui a culpa pelo fracasso na alfabetização dos alunos. Os excertos a seguir enfatizam o fracasso na alfabetização e a importância dos programas de formação continuada de professores alfabetizadores, para sanar esse grave problema educacional que assola o Brasil. Os objetivos e finalidades expressas nos documentos que instituem os programas de formação continuada de professores alfabetizadores são assim descritos: “Art. 1º Instituir o Programa Tempo de Aprender, com a finalidade de melhorar a qualidade da alfabetização em todas as escolas públicas do Brasil” (Brasil, 2020, s/p). O Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa, no quinto artigo tem como objetivo “I - garantir que todos os estudantes dos sistemas públicos de ensino estejam alfabetizados, em Língua Portuguesa e em Matemática, até o final do 3º ano do ensino fundamental” (Brasil, 2012, s/p). A apresentação do Pró-Letramento, no portal eletrônico do Ministério da Educação, esclarece que é um programa de formação continuada de professores para a melhoria da qualidade da aprendizagem da leitura, escrita e matemática nos anos iniciais. Já o novo programa, instituído pelo Governo Federal, estabelece, no Decreto 11.556, de 12 de junho de 2023, a necessidade de garantir o direito à alfabetização das crianças e as estratégias a serem implementadas.

Art. 12. As estratégias de implementação do Compromisso serão operacionalizadas por meio de políticas, programas e ações integradas nos seguintes eixos estruturantes:

I - governança e gestão da política de alfabetização; II - formação de profissionais da educação e melhoria das práticas pedagógicas e de gestão escolar; III - melhoria e qualificação da infraestrutura física e insumos pedagógicos; IV - sistemas de avaliação; e V -

Como está expresso no texto da política do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – passados 22 anos da primeira política de formação de alfabetizadores em análise, PROFA (2001) –, os discursos das políticas se repetem. Todos os programas em discussão nesse breve debate oferecem conteúdos e conhecimentos dos quais os professores alfabetizadores precisam se apropriar, para responder positivamente ao objetivo maior, que se configura na melhoria dos índices de aprendizagem dos alunos. Nestes termos, os docentes são vistos como profissionais que não receberam a formação inicial que os preparasse para o desempenho de sua profissão e não têm o conhecimento teórico e didático para o planejamento de atividades pedagógicas adequadas para a alfabetização dos alunos.

No campo de associações com outros enunciados, passamos a nos perguntar se existem correlações e associações entre os enunciados dos discursos referentes aos programas de formação continuada aqui expostos? Os excertos das políticas selecionadas demonstram as correlações que os cinco programas de formação continuada de professores estabelecem entre si. Quando os materiais analisados não trazem a avaliação da qualidade da aprendizagem de forma explícita, podemos nos apropriar das ênfases a partir de processos de significação estabelecidos (Saraiva, 2009). E, para implantar e operar essa concepção assentada na meritocracia dos resultados, *a formação continuada* é uma peça chave para que a condução e a regulação da prática pedagógica dos professores aconteçam dentro da lógica governamental vigente.

E, por último, a materialidade dos enunciados. Como os enunciados se materializam nas políticas de formação continuada de professores? Os textos das políticas e dos programas de formação continuada de professores alfabetizadores, propostos pelos Governos Federais para todo o território brasileiro, se apresentaram como um material potente de análise. A sequencialidade dos cinco programas em análise: PROFA, Pró-Letramento, PNAIC, Tempo de Aprender e Compromisso Nacional Criança Alfabetizada mostra, como aponta Saraiva (2009), o que está sendo produzido e legitimado como verdadeiro nesse campo, de quem está em posição de definir um conjunto de regramentos que regulam essas práticas. A intenção de apresentar fragmentos dos cinco programas de formação continuada de professores alfabetizadores é demonstrar a materialidade das relações e compreender como os discursos se estabelecem e se naturalizam como formas de pensar e praticar a educação, na Contemporaneidade.

Conforme exposto no decorrer da análise, as formações discursivas identificadas nas políticas, com as recorrências e as repetições de alguns termos, demonstraram como os regimes de verdade vem se constituindo na história das políticas de formação continuada de alfabetizadores, deixando marcas na educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O argumento central desse trabalho não está pautado na negação da necessidade urgente de políticas educacionais que visam dar conta de fatores que influenciam negativamente a qualidade educacional, principalmente, da Educação Básica brasileira. Também não temos a intenção de refutar a meritocracia na avaliação das políticas educacionais, mas sim, questionar a importância que é dada e o absolutismo que as avaliações assumem nas políticas de formação continuada de professores alfabetizadores.

A formação inicial deficitária dos professores é fruto de processos formativos aligeirados e da mercantilização do Ensino Superior, sem a devida regulação e acompanhamento no credenciamento das instituições, pelo Ministério da Educação, a quem compete zelar pela qualidade do Ensino Superior, sobretudo nos cursos de licenciaturas. Resultando assim, em graves lacunas na formação docente e na culpabilização destes profissionais, pelo baixo desempenho nas avaliações externas.

Entendemos que a preparação dos professores alfabetizadores na formação continuada precisa constituir um dos muitos aspectos a serem considerados na formulação de políticas, como também, as avaliações em larga escala tem um papel a cumprir na aferição dos resultados de aprendizagem. Porém, graves problemas sociais, como a extrema pobreza e a violência, não são mencionados nas políticas, considerando que não se tratam de questões isoladas ou individuais e assolam muitas crianças no nosso país.

Neste viés, sinalizamos aspectos inovadores, no texto do programa Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, quando mobiliza ações na direção da estrutura física das escolas, compartilhamento de boas práticas e fomenta discussões para a construção da política de alfabetização nos Estados e Municípios. São questões a serem analisadas em futuros trabalhos, para avaliar os resultados de uma política que almeja ações que abrangem mais contextos do campo educacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (PROFA)**: documento de apresentação. Brasília: MEC, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Profa/apres.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2021

BRASIL. Pró-Letramento: **Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental**: alfabetização e linguagem. SAEB/Prova Brasil matriz de referência/ Secretaria de Educação Básica – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012**. Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso

em 16 de jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 280, de 19 de fevereiro de 2020**. Institui o Programa Tempo de Aprender, que dispõe sobre a alfabetização no âmbito do Governo Federal Brasília: MEC, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023**. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Brasília: MEC, 2023.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a Análise do Discurso em Educação. In: **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 197-223, novembro/ 2001.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**/Michel Foucault; tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, -7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

SARAIVA, K. Diários de uma pesquisa off-road: análise de textos como problematização de regimes de verdade. In: FERREIRA, T.; SAMPAIO, S. (orgs.). **Escritos metodológicos: possibilidades para a pesquisa contemporânea em Educação**. Maceió: EDUFAL, 2009. p.13-34.